

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro
de 2019

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo:

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial consolidado	12
Demonstração consolidada do resultado	14
Demonstração consolidada do resultado abrangente	15
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	18

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco” submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.br.ccb.com.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

O ano de 2019 apresentou crescimento baixo da economia brasileira novamente. Dessa vez, as explicações vêm em parte das expectativas muito otimistas com o governo e, de outra parte, pelo crescimento mundial muito fraco, especialmente pelos desdobramentos da guerra comercial entre EUA e China e a crise argentina.

De fato, o crescimento mundial ficou abaixo de 3%, com alguns países importantes como a Alemanha em recessão. Os atritos entre China e EUA foram o foco de atenção durante todo 2019, mas com um acordo preliminar sendo feito no final do ano.

No caso brasileiro, em que pese o fraco crescimento, o ano passado foi de evolução em reformas importantes, especialmente na previdência. O governo deu sequência a algumas concessões e privatizações, aprovou a MP da Liberdade Econômica e colocou em funcionamento o cadastro positivo.

O destaque do ano passado foi, novamente, o varejo, com as vendas de automóveis em crescimento e o mercado imobiliário dando os primeiros passos de retomada com a queda história da Selic para 4,5% ao final do ano. Essa queda de juros não afetou a inflação, se mantendo baixa durante praticamente todo o ano.

No geral, a economia brasileira manteve o ritmo de recuperação que vinha tendo desde 2016, com sinais de que terá condições de crescer mais nos próximos anos.

Estrutura Física

No encerramento do exercício de 2019, a rede de atendimento estava composta por nove pontos de atendimentos e 471 funcionários (488 em 2018).

Resultado Consolidado do Exercício

Fruto dos equacionamentos adotados e das medidas finais de ajuste no valor dos seus ativos, o CCB Brasil encerrou o exercício de 2019 com resultado líquido negativo de R\$ 39,2 milhões (ante R\$ 211,1 milhões em 2018). O resultado engloba R\$ 40,6 milhões relativos a créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais baixados no exercício de 2019.

No encerramento de 2019, os empréstimos e adiantamento a clientes alcançaram R\$ 10.378,0 milhões, aumento de 17,39% ante o portfolio de R\$ 8.840,5 milhões do ano precedente. A carteira de crédito expandida, que inclui avais e fianças prestadas, é de R\$ 11.824,9 milhões (R\$ 10.399,1 milhões em 2018).

O total das captações atingiu R\$ 15.202,6 milhões, volume 25,7% menor em relação aos R\$ 20.463 milhões obtidos em 2018. A Matriz provê recursos ao Banco conforme sua necessidade operacional; no fim de 2019, estes recursos representavam 23,9% da captação.

Ao término de 2019, o patrimônio líquido do Banco atingiu R\$ 1.659,8 milhões e o índice de Basileia situou-se em 14,95% e o nível 1 em 11,65%.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2020).

***China Construction
Bank (Brasil)
BancoMúltiplo S.A. e
empresas controladas***

***Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

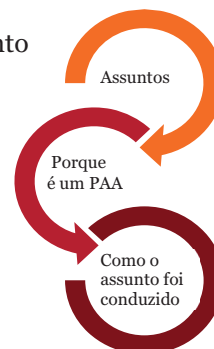
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas (<i>impairment</i>) sobre empréstimos e adiantamentos considerando a implementação da IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> (Notas 2(c) ii, 7 e 37) O Banco e suas controladas adotam a norma contábil IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> que estabelece requerimentos quanto à metodologia para mensuração da provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos (<i>impairment</i>). A determinação da perda de crédito esperada dos empréstimos e adiantamentos, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma essa é uma área que foi considerada como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos consideraram o entendimento dos processos relevantes relacionados a determinação da perda de crédito esperada, incluindo a aderência das políticas aplicadas frente aos requisitos da IFRS 9. Com o auxílio de nossos especialistas, aplicamos procedimentos relacionados a metodologia e apuração da perda de crédito esperada em relação a: (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9; (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração; (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável; e (iv) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Também realizamos testes sobre a classificação dos empréstimos e adiantamentos nos estágios previstos pela IFRS 9, que considera o nível de risco de crédito do devedor e, quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, entre outros aspectos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da perda de crédito esperada de empréstimos e adiantamentos são razoáveis e consistentes com o previsto no IFRS 9 e com as divulgações em notas explicativas.

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Créditos tributários (Notas 2(o) e 22(c))

O Banco e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2019	2018
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3	98.587	46.943
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	4.801.379	9.208.217
A custo amortizado	5	81.088	1.725.747
A valor justo de outros resultados abrangentes	5	4.720.291	7.482.470
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	431.281	450.720
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		10.963.359	11.819.762
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	923.905	3.265.217
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7	10.378.059	8.840.533
Outros empréstimos e recebíveis	8	28.833	27.431
Outros ativos financeiros		-	25.299
Perda de crédito esperada	7c	(367.438)	(338.718)
ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	9	196.765	247.138
INVESTIMENTOS	10	256	256
ATIVO TANGÍVEL	11	106.995	42.739
ATIVO INTANGÍVEL	12	108.082	109.181
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		1.397.790	1.227.214
Correntes	22a	47.120	49.963
Diferidos	22c	1.052.148	869.270
Presumidos	22d	298.522	307.981
OUTROS ATIVOS	13	61.612	77.793
TOTAL DO ATIVO		18.166.106	23.229.963

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2019	2018
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6	21.834	27.173
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		1.116.192	1.112.958
Dívidas subordinadas	17	1.069.201	1.046.949
Obrigações de empréstimos no exterior	19	46.991	66.009
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		14.088.666	17.582.978
Dívidas subordinadas	17	694.983	1.154.621
Depósitos de instituições financeiras	14	3.943.754	7.162.517
Depósitos de clientes	15	3.313.521	3.068.808
Obrigações por títulos e valores mobiliários	16	1.441.971	1.245.803
Obrigações de empréstimos no país	18	216.833	133.770
Obrigações de empréstimos no exterior	19	4.475.380	4.817.459
Outros passivos financeiros		2.224	-
PASSIVOS FINANCEIROS OBJETO DE HEDGE	19	-	1.767.532
PROVISÕES	21	1.001.379	883.492
PASSIVOS FISCAIS			
Correntes		32.195	14.885
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23	246.000	116.363
TOTAL DO PASSIVO		16.506.266	21.505.381
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	2.956.864	2.956.864
Reserva de Capital		899	899
Ações em Tesouraria		(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.247.569)	(1.208.312)
Outros resultados abrangentes		4.751	30.236
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.659.840	1.724.582
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.166.106	23.229.963

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2019	2018
Receitas com juros e similares	26a	1.399.193	1.875.645
Despesas com juros e similares	26a	(823.557)	(820.792)
RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS E SIMILARES		575.636	1.054.853
Diferenças Cambiais (Líquidas)	26b	(46.245)	(298.739)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	27	5.641	(314.791)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		535.032	441.323
Resultado de equivalência patrimonial		(891)	(1.350)
Receita de tarifas e comissões	28	36.924	48.011
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	29	(246.483)	(12.600)
TOTAL DE RECEITAS		324.582	475.384
Despesas com pessoal	30	(160.588)	(159.882)
Outras despesas administrativas	31	(92.926)	(115.188)
Despesas tributárias	32	(27.760)	(23.913)
Depreciação e amortização		(20.324)	(13.610)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	7c	(192.919)	(214.308)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)	33	(17.107)	(49.338)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(187.042)	(100.855)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	22	147.785	(110.263)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(39.257)	(211.118)
Número de Ações Integralizadas (mil)	24a	465.631	465.631
Prejuízo por Ação do Capital Social - R\$		(0,084)	(0,45)

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(39.257)	(211.118)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES QUE SERÃO RECLASSIFICADOS SUSEQUENTEMENTE PARA O LUCRO/ (PREJUÍZO) LÍQUIDO		
Ganhos (perdas) com ativos ao valor justo de outros resultados	(9.305)	(771)
Encargos Fiscais sobre ativos ao valor justo de outros resultados	4.187	309
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS SUSEQUENTEMENTE PARA O LUCRO/ (PREJUÍZO) LÍQUIDO		
Ganhos (perdas) com ativos ao valor justo de outros resultados	(37.031)	(6.188)
Encargos Fiscais sobre ativos ao valor justo de outros resultados	16.664	2.475
PREJUÍZO LÍQUIDO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(64.742)</u>	<u>(215.293)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital (Ágio na Subscrição de ações)	(-) Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.956.864	899	(55.105)	34.411	(997.194)	1.939.875
Passivo ao valor justo (Risco de Crédito)	-	-	-	(3.713)	-	(3.713)
Valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	-	(462)	-	(462)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(211.118)	(211.118)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>2.956.864</u>	<u>899</u>	<u>(55.105)</u>	<u>30.236</u>	<u>(1.208.312)</u>	<u>1.724.582</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2019	2.956.864	899	(55.105)	30.236	(1.208.312)	1.724.582
Passivo a valor justo (Risco de Crédito)	-	-	-	(20.367)	-	(20.367)
Valor justo de outros resultados abrangentes	-	-	-	(5.118)	-	(5.118)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(39.257)	(39.257)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.956.864</u>	<u>899</u>	<u>(55.105)</u>	<u>4.751</u>	<u>(1.247.569)</u>	<u>1.659.840</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Prejuízo do exercício	(39.257)	(211.118)
Depreciação e amortização	12.953	13.610
Depreciação e amortização – impacto adoção inicial IFRS 16	7.371	-
Resultado de participações em controladas	891	1.350
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(182.878)	81.948
Constituição de provisões - Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	192.919	214.308
Constituição de provisões	134.227	71.842
Provisão (reversão) outras	(11)	87
Perda (ganho) na venda de bens disponíveis para venda	395	6.058
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(123.050)	(142.368)
Variação de ativos e passivos	(267.025)	1.260.076
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.442	47.936
Redução (aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado	1.644.659	(474.642)
Redução (aumento) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.762.179	(395.824)
Aumento (redução) de derivativos	14.094	(131.253)
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes	(1.758.564)	(2.858.661)
Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis	(1.401)	27.033
Redução (aumento) de outros ativos financeiros	25.298	(5.725)
Redução (aumento) de ativos não financeiros	17.927	21.573
Redução (aumento) de outros ativos	35.445	34.751
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras	(3.218.763)	3.680.882
Aumento (redução) de depósitos de clientes	244.713	215.452
Aumento (redução) de dívidas subordinadas	(161.621)	(94.863)
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários	196.168	839.192
Aumento (redução) de empréstimos no país	83.063	92.070
Aumento (redução) de empréstimos no exterior	2.031.947	165.832
Aumento (redução) de outros passivos financeiros	153.520	(329.094)
Aumento (redução) de outras obrigações	(25.899)	115.259
Aumento (redução) de passivos financeiros objetos de hedge	(2.294.055)	(311.288)
Pagamento de juros	(370.811)	(188.785)
Recebimento de juros	427.650	810.231
Impacto da adoção do IFRS 16	(81.016)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	(263.465)	1.295.793
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações no tangível	194	3.905
Alienações de bens disponíveis para venda	32.052	6.732
Aplicações investimentos	(26.375)	(5.400)
Aplicações no tangível	(951)	(6.391)
Aplicações no intangível	(1.697)	(2.349)
Caixa proveniente das atividades de investimento	3.223	(3.503)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	17.811.752	18.857.942
Dívida Subordinada perpétua elegível a instrumentos de capital nível II	(275.765)	336.417
Pagamento de empréstimos	(19.678.273)	(18.099.775)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	(2.142.286)	1.094.584
Fluxo de caixa (utilizado) originado no exercício	(2.402.528)	2.386.874
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.866.293	337.051
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	123.050	142.368
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	586.815	2.866.293

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Outras Informações

a) Contexto operacional.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“Companhia”, “Instituição”, “CCB Brasil”, “Banco” ou “Consolidado”) foi constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho da Administração em 24 de março de 2020.

b) Transações em moedas estrangeiras e moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

c) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (atual denominação do IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes.

d) Base para consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

As empresas controladas incluídas na consolidação estão especificadas abaixo:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação
			<u>2019</u>
Subsidiárias diretas no País			
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Informática S/A	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%
CCB Brasil Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%

2. Políticas Contábeis e Critérios de Apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Adoção de novas normas

IFRIC 23

Publicada em junho de 2017 pelo IASB, a IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro tem aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2019 e visa esclarecer os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 de Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro.

O CCB Brasil efetuou análises sobre os procedimentos já adotados para contabilização e apresentação dos Impostos sobre o Lucro em relação ao conteúdo da IFRIC 23 e foi possível concluir que não há impactos nas divulgações a partir da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019.

IFRS 16 – Contratos de Leasing

A partir de 01 de janeiro de 2019, o Banco adotou a norma IFRS 16, que substitui o IAS 17.

I. Transição

Conforme permitido pelas disposições específicas de transição, o Banco CCB optou por aplicar o normativo de maneira retrospectiva modificada, cujos efeitos foram aplicados em 1 de janeiro de 2019.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 16 foram aplicadas aos ativos de direito de uso como parte do ativo tangível e os passivos de arrendamento como outras obrigações no balanço patrimonial.

II. Identificação do arrendamento

Na adoção do IFRS 16 o Banco reconheceu aqueles contratos que transmitem o direito de controlar o uso identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para a aplicação inicial da norma, o Banco utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos:

- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial;
- Não fez a separação do componente de prestação de serviços embutidos em contratos de arrendamento mercantil; e

- O Banco também decidiu não aplicar o IFRS 16 a contratos que não eram identificados como contendo um arrendamento segundo o IAS 17 e o IFRIC 4 - Determinação sobre se um Contrato contém um Arrendamento.

Adicionalmente, estão sendo utilizadas as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos operacionais cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

O Banco arrenda imóveis e equipamentos. Sendo que os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliários referente às agências e sede corporativa do Banco.

O Banco CCB não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

III. Prazo de arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão, e também de acordo com disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

IV. Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento mercantil;

- Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos de direito de uso reconhecidos, relacionados a cada tipo de ativo são apresentados abaixo:

	31/12/2018	Efeito da Adoção IFRS 16	01/01/2019
Terrenos e edificações (nota 11)	-	81.016	81.016

O CCB Brasil utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para a obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no CCB Brasil, pela curva de custo de financiamento (funding) de 110 % da taxa Selic, aplicada individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente dos seguintes pagamentos de leasing:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias.

Efeitos na contabilização no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função da adoção inicial (não houve impactos nos resultados dos exercícios comparativos gerados pela adoção inicial):

Efeitos em resultado decorrentes da adoção do IFRS 16:	(7.606)
Despesas com aluguel – Outras despesas administrativas (nota 31)	8.762
Despesas de depreciação dos bens arrendados – ativo intangível (nota 11)	(7.371)
Despesas de juros dos passivos – Despesas com juros e similares (nota 26a)	(8.997)

V. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, deduzida mensalmente da depreciação acumulada e corrigida qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento, reduzido do valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

b) Classificações dos instrumentos financeiros

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, com a adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

O CCB Brasil classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera os riscos que afetam o desempenho

do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do CCB Brasil, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Baseado nestes fatores, o Banco aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

- Custo Amortizado
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixas contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (*SPPI Test*);
 - Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
 - Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita com Juros e Similares.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (*SPPI Test*), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica “Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido”.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

- Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
- Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;
- Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos”.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados da seguinte forma:

i. Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Resultado, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

A cada período reportado, o Banco avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados mensalmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos do governo brasileiro, conforme estudo efetuado pelo Banco.

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

iii. Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O Banco designa passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.

Ganhos ou perdas em passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado são apresentados parcialmente em outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o lucro líquido ou prejuízo (o valor da mudança no valor justo do passivo financeiro é atribuído para mudanças no prêmio de risco de crédito do passivo, que não é atribuído a variação de risco de mercado) e parcialmente como resultado do exercício (o valor restante da mudança no valor justo do passivo).

Técnicas de avaliação de valor justo

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019			2018		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Derivativos (nota 6)	6.156	425.125	431.281	5.218	445.502	450.720
Ativos Financeiros a valor justo de outros resultados abrangentes (nota 5)	4.720.291	-	4.720.291	7.482.470	-	7.482.470
Derivativos (Nota 6)	6.945	14.889	21.834	5.210	21.963	27.173
Outros passivos ao valor justo através do resultado (Nota 17 e Nota 19)	1.069.201	46.991	1.116.192	1.046.949	66.009	1.112.958
Passivos financeiros Objeto de Hedge (Nota 19)	-	-	-	-	1.767.532	1.767.532

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2019	2018		
Derivativos Ativos	425.125	445.502		
Contratos de swap	424.886	444.960	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)

d) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis, e os títulos e valores mobiliários que estão à custo amortizado. No mesmo sentido, os passivos financeiros, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são avaliados ao custo amortizado.

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

28

	2018				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 7)	8.840.533	9.526.527	-	9.526.527	-
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO					
Dívidas subordinadas (nota 17)	1.154.621	1.398.894	314.200	1.084.694	-
Depósitos de instituições financeiras (nota 14)	7.162.517	7.162.522	-	7.162.522	-
Depósitos de clientes (nota 15)	3.068.808	3.099.854	-	3.099.854	-

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros, ou parte deles, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos expirarem, ou quando forem transferidos e o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou o Grupo não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de participações.

O consolidado efetua transações onde retém os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Essas transações são contabilizadas como transferências 'repassadas' que resultam em desreconhecimento se o grupo:

- (i) não tem obrigação de efetuar pagamentos, a menos que receba valores equivalentes dos ativos;
- (ii) É proibido vender ou oferecer os ativos; e
- (iii) tem a obrigação de remeter todo o dinheiro que arrecada dos ativos sem atraso material.

f) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subseqüentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

h) Operações de hedge

i. Hedge de Valor Justo

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de hedge contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

O Banco não possui *hedge accounting* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento no exterior.

i) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Tipo de Ativo	Taxa Anual
Prédios próprios	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Automóveis	20%
Equipamentos de escritório e Informática	20%

	10% a 25%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(conforme contrato)

O Consolidado avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso seja constatada redução no valor recuperável de um ativo tangível, o valor apurado e as respectivas reversões (se este for o caso) são registrados no resultado do exercício na linha de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)”.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em exercícios anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no exercícios em que forem incorridas.

j) Contabilização de leasings

Leasings financeiros são operações de crédito que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamento a clientes” no balanço patrimonial consolidado.

k) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

O ágio originado em processo de aquisição de subsidiárias representa o excesso do custo da aquisição em razão do interesse da entidade no valor justo dos ativos, dos passivos e dos

passivos contingentes identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando este excesso é negativo (deságio), é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é classificado como um intangível de vida útil indefinida, assim sendo, ele não é passível de amortização pelo prazo de benefício econômico futuro esperado.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada exercício apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

Não foi identificado pela Administração perda no valor recuperável dos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (**nota explicativa 21**). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (**nota explicativa 21**).

Passivos contingentes: o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

m) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

n) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O CCB Brasil reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado.

o) Impostos sobre a renda e contribuição social

Em 12 de novembro de 2019, foi promulgada a Emenda Constitucional No. 103, que dentre outros aspectos estabeleceu a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º. de março de 2020, cujos efeitos estimados no estoque de créditos tributário registrados no Banco em 31 de dezembro de 2019 são de R\$ 140.799, enquanto no passivo fiscal diferido é de R\$ 35.928.

A despesa do Imposto de Renda é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, além de prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

p) Estimativas contábeis críticas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do CCB Brasil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Todas as estimativas e premissas, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

Além do método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo); onde os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc.).

ii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

iii. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período determinado. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

iv. Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis;

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o CCB Brasil possui como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação,

tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

v. Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável a apuração de lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

As estimativas de apuração de lucros tributáveis futuros, baseiam-se no estudo técnico de realização de créditos tributários, que abrange estimativas e projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

vi. Provisões, Contingências e Outros Compromissos;

O CCB Brasil revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na **nota explicativa nº 21**.

A análise de sensibilidade é detalhada na **nota explicativa nº 37** - “Gestão de Riscos”.

vii. Provisão para garantias prestadas.

A metodologia para o cálculo das provisões em operações de fiança se baseia na probabilidade de desembolso para honrar as garantias prestadas, calculada através de modelo desenvolvido pela instituição com informações e critérios verificáveis.

Adicionalmente, discussões judiciais relacionadas a fianças cuja probabilidade de desembolso é considerada provável pelos consultores jurídicos da instituição estão incluídas nesta provisão.

3. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	2019	2018
Caixa	283	595
Depósitos bancários de IF's sem conta reserva	153	206
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	93.381	39.626
Depósitos compulsórios no Banco Central	4.770	6.516
	98.587	46.943
Moeda:		
Real	5.206	7.317
Dólar norte-americano	93.381	39.626
	98.587	46.943
Prazo:		
Circulante	98.587	46.943

4. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	923.905	3.265.217
Tipo:		
<i>Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1):</i>		
Operações compromissadas	229.998	2.654.994
Depósitos judiciais, fiscais e trabalhistas	425.460	433.948
Depósitos interfinanceiros	<u>268.447</u>	<u>176.275</u>
	923.905	3.265.217
Moeda:		
Real	660.907	3.094.346
Dólar norte-americano	<u>262.998</u>	<u>170.871</u>
	923.905	3.265.217
Prazo:		
Circulante	480.461	2.830.360
Não-circulante	<u>443.444</u>	<u>434.857</u>
	923.905	3.265.217

5. *Títulos e valores mobiliários*

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Ativos financeiros ao custo amortizado	81.088	1.725.747
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	<u>4.720.291</u>	<u>7.482.470</u>
	<u>4.801.379</u>	<u>9.208.217</u>
Tipo:		
<i>Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1):</i>	<u>81.088</u>	<u>1.725.747</u>
Títulos públicos do governo brasileiro – Global Bonds	-	1.665.848
Cotas de FIDC	81.088	44.709
Debêntures	-	15.190
<i>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (estágio 1):</i>		
Títulos públicos do governo brasileiro (*)	4.720.291	7.482.470
Moeda:		
Real	4.801.379	7.542.369
Dolar	-	1.665.848
Prazo:		
Circulante	3.420.025	160.729
Não-circulante	<u>1.381.354</u>	<u>9.047.488</u>
	<u>4.801.379</u>	<u>9.208.217</u>

(*) O saldo contábil de R\$ 47.047 (R\$ 90.797 em 2018) inclui R\$ 25.651 (R\$ 77.213 em 2018) referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.956 (R\$ 13.170 em 2018) referente a processos judiciais e R\$ 440 (R\$ 414 em 2018) referente a outras garantias.

6. Derivativos

a) Política de utilização

Em função da Regra Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, mantiveram-se suspensas as operações da carteira trading do CCB Brasil. O CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF e Mercado Futuro para fins de hedge de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de hedge econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfolio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de duration entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o duration do portfólio de crédito. A cobertura do hedge é avaliada mensalmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do Consolidado avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge. O objetivo é garantir uma efetividade do hedge no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do layer protegido, objeto de hedge designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2019 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a

carteira trading), EVE e NII (para a carteira banking e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;

f) As operações em aberto em 31 de dezembro de 2019 apresentam as seguintes características:

	Valor de Referência – 2019					
	Diferencial		Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			Total
	A Receber	A Pagar	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	7.446	2.130	83.471	(132.377)	(19.977)	(68.883)
Moeda Estrangeira	405.673	7.374	(187.454)	97.838	19.977	(69.639)
Pré	3.479	1.371	103.983	34.539	-	138.522
Ajuste ao valor de mercado	8.288	243	-	-	-	-
Subtotal Swap	424.886	11.118				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	60	3.540	53.978	66.747	7.029	127.754
Venda de Termo/NDF	179	231	(26.231)	(28.864)	-	(55.095)
Subtotal Termo/NDF	239	3.771				
Contratos Futuros:						
Compra – Mercado Interfinanceiro	4	1	-	75.575	10.896	86.471
Venda – Mercado Interfinanceiro	9	753	(96.998)	(783.356)	(1.007.887)	(1.888.241)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	1.697	173.774	81.114	-	254.888
Venda – DDI – Cupom Cambial	418	-	-	(49.746)	(9.752)	(59.498)
Compra – Moeda Estrangeira	-	4.493	-	659.681	-	659.681
Venda – Moeda Estrangeira	5.725	1	-	(848.814)	-	(848.814)
Subtotal Futuros	6.156	6.945				
Total	431.281	21.834				
Prazo:						
Circulante	394.113	13.545				
Não-circulante	37.168	8.289				
	431.281	21.834				

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Diferencial		Valor de Referência – 2018			
			Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			Total
	A Receber	A Pagar	A vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	11.113	2.876	6.618	(491.081)	(229.525)	(713.988)
Moeda Estrangeira	430.802	18.094	(6.618)	464.708	229.525	687.615
Pré	3.045	-	-	26.373	-	26.373
Subtotal Swap	444.960	20.970				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	2	59	1.237	1.258	-	2.495
Venda de Termo/NDF	540	934	(5.203)	(33.942)	-	(39.145)
Subtotal Termo/NDF	542	993				
Contratos Futuros:						
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	575	(176.913)	(586.063)	(1.407.997)	(2.170.973)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	4.607	11.619	1.334.355	-	1.345.974
Compra – Moeda Estrangeira	-	28	6.788	-	-	6.788
Venda – Moeda Estrangeira	5.218	-	(1.285.584)	-	-	(1.285.584)
Subtotal Futuros	5.218	5.210				
Total	450.720	27.173				
Prazo:						
Circulante	74.043	19.939				
Não-circulante	376.677	7.234				
	450.720	27.173				

*7. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes***a) Composição**

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

				2019
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Pessoas Físicas	2.207.818	283.938	224.502	2.716.258
Consignado	2.192.641	283.756	123.692	2.600.089
Outros empréstimos	15.177	182	100.810	116.169
Pessoas Jurídicas	7.333.477	226.269	102.055	7.661.801
Capital de Giro	3.022.572	16.585	7.574	3.046.731
Financiamento à exportação / importação	2.239.376	68.421	11.751	2.319.548
Outros empréstimos	2.071.529	141.263	82.730	2.295.522
Total	9.541.295	510.207	326.557	10.378.059
Prazo:				
Circulante				4.658.708
Não-circulante				5.719.351
				10.378.059

				2018
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	TOTAL
Pessoas Físicas	1.961.641	104.870	166.401	2.232.912
Consignado	1.805.304	90.939	106.631	2.002.874
Outros empréstimos	156.337	13.931	59.770	230.038
Pessoas Jurídicas	5.932.276	472.744	202.601	6.607.621
Capital de Giro	2.966.124	311.492	18.886	3.296.502
Financiamento à exportação / importação	1.552.351	111.058	77.959	1.741.368
Outros empréstimos	1.413.801	50.194	105.756	1.569.751
Total	7.893.917	577.614	369.002	8.840.533
Prazo:				
Circulante				2.416.005
Não-circulante				6.424.528
				8.840.533

b) Valor contábil bruto (carteira de crédito) para estágios de perda esperada

Reconciliação da carteira bruta de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações*	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	1.961.641	(5.658)	(160.382)	2.503	15.322	394.392	2.207.818
Consignado	1.805.304	(5.646)	(60.618)	2.503	4.777	446.321	2.192.641
Outros empréstimos **	156.337	(12)	(99.764)	-	10.545	(51.929)	15.177
Pessoas Jurídicas	5.932.276	(18.233)	(10.565)	-	-	1.429.999	7.333.477
Capital de Giro	2.966.124	(4.911)	(336)	-	-	61.695	3.022.572
Financiamento à exportação / importação	1.552.351	(13.322)	-	-	-	700.347	2.239.376
Outros empréstimos **	1.413.801	-	(10.229)	-	-	667.957	2.071.529
Total	7.893.917	(23.891)	(170.947)	2.503	15.322	1.824.391	9.541.295

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	104.870	(2.503)	(13.113)	5.658	310	188.716	283.938
Consignado	90.939	(2.503)	(5.751)	5.646	310	195.115	283.756
Outros empréstimos **	13.931	-	(7.362)	12	-	(6.399)	182
Pessoas Jurídicas	472.744	-	-	18.233	19.769	(284.477)	226.269
Capital de Giro	311.492	-	-	4.911	-	(299.818)	16.585
Financiamento à exportação / importação	111.058	-	-	13.322	19.769	(75.728)	68.421
Outros empréstimos **	50.194	-	-	-	-	91.069	141.263
Total	577.614	(2.503)	(13.113)	23.891	20.079	(95.761)	510.207

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	166.401	(15.322)	(310)	160.382	13.113	(100.052)	290	224.502
Consignado	106.631	(4.777)	(310)	60.618	5.751	(38.746)	(5.475)	123.692
Outros empréstimos **	59.770	(10.545)	-	99.764	7.362	(61.306)	5.765	100.810
Pessoas Jurídicas	202.601	-	(19.769)	10.565	-	(64.147)	(27.195)	102.055
Capital de Giro	18.886	-	-	336	-	-	(11.648)	7.574
Financiamento à exportação / importação	77.959	-	(19.769)	-	-	-	(46.439)	11.751
Outros empréstimos **	105.756	-	-	10.229	-	(64.147)	30.892	82.730
Total	369.002	(15.322)	(20.079)	170.947	13.113	(164.199)	(26.905)	326.557

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2018	Write-off	Outras Movimentações	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	2.232.912	(100.052)	583.398	2.716.258
Consignado	2.002.874	(38.746)	635.961	2.600.089
Outros empréstimos **	230.038	(61.306)	(52.563)	116.169
Pessoas Jurídicas	6.607.621	(64.147)	1.118.327	7.661.801
Capital de Giro	3.296.502	-	(249.771)	3.046.731
Financiamento à exportação / importação	1.741.368	-	578.180	2.319.548
Outros empréstimos **	1.569.751	(64.147)	789.918	2.295.522
Total	8.840.533	(164.199)	1.701.725	10.378.059

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

* Em “outras movimentações” são considerados as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, Devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estagio 2	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	2.531.597	(62.934)	(82.992)	18.546	4.300	(446.876)	1.961.641
Consignado	2.253.415	(54.130)	(55.524)	9.238	3.151	(350.847)	1.805.304
Outros empréstimos **	278.182	(8.804)	(27.468)	9.308	1.149	(96.029)	156.337
Pessoas Jurídicas	3.475.270	(431.098)	(8.360)	36.630	-	2.859.834	5.932.276
Capital de Giro	1.982.365	(303.570)	-	9.964	-	1.285.726	2.966.124
Financiamento à exportação / importação	902.518	(127.528)	-	26.009	-	751.352	1.552.351
Outros empréstimos **	590.387	-	(8.360)	657	-	822.756	1.413.801
Total	6.006.867	(494.032)	(91.352)	55.176	4.300	2.412.958	7.893.917

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estagio 1	Transferência do Estágio 3	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	97.551	(18.546)	(11.171)	62.934	1.462	(27.360)	104.870
Consignado	57.587	(9.238)	(5.531)	54.130	1.065	(7.074)	90.939
Outros empréstimos **	39.964	(9.308)	(5.640)	8.804	397	(20.286)	13.931
Pessoas Jurídicas	293.939	(36.630)	(44.387)	431.098	-	(171.276)	472.744
Capital de Giro	80.714	(9.964)	(9.365)	303.570	-	(53.463)	311.492
Financiamento à exportação / importação	92.962	(26.009)	-	127.528	-	(83.423)	111.058
Outros empréstimos **	120.263	(657)	(35.022)	-	-	(34.390)	50.194
Total	391.490	(55.176)	(55.558)	494.032	1.462	(198.636)	577.614

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estagio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Outras Movimentações *	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	139.325	(4.300)	(1.462)	82.992	11.171	(121.827)	60.502	166.401
Consignado	82.325	(3.151)	(1.065)	55.524	5.531	(45.234)	12.701	106.631
Outros empréstimos **	57.000	(1.149)	(397)	27.468	5.640	(76.593)	47.801	59.770
Pessoas Jurídicas	185.732	-	-	8.360	44.387	(45.556)	9.678	202.601
Capital de Giro	21.229	-	-	8.360	9.365	-	(20.068)	18.886
Financiamento à exportação / importação	82.244	-	-	-	-	-	(4.285)	77.959
Outros empréstimos **	82.259	-	-	-	35.022	(45.556)	34.031	105.756
Total	325.057	(4.300)	(1.462)	91.352	55.558	(167.383)	70.180	369.002

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo Inicial 31/12/2017	Write-off	Outras Movimentações	Saldo Final 31/12/2018
Pessoas Físicas	2.768.473	(121.827)	(413.734)	2.232.912
Consignado	2.393.327	(45.234)	(345.219)	2.002.874
Outros empréstimos **	375.146	(76.593)	(68.515)	230.038
Pessoas Jurídicas	3.954.941	(45.556)	2.698.236	6.607.621
Capital de Giro	2.084.308	-	1.212.193	3.296.502
Financiamento à exportação / importação	1.077.724	-	663.644	1.741.368
Outros empréstimos **	792.909	(45.556)	822.399	1.569.751
Total	6.723.414	(167.383)	2.284.502	8.840.533

* Em “outras movimentações” são considerados as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, Devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

c) Perda de crédito esperada

Composição da provisão para perda de crédito esperada de “Empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários”:

	2019	2018
Pessoas Físicas	223.405	168.357
Consignado	172.390	130.539
Outros empréstimos	51.015	37.818
Pessoas Jurídicas	143.677	163.628
Capital de Giro	29.489	29.267
Financiamento à exportação / importação	47.483	68.798
Outros empréstimos	66.705	65.563
Subtotal	367.082	331.985
Títulos e valores mobiliários	356	6.733
Total	367.438	338.718

Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	57.829	(171)	(7.504)	197	8.045	3.550	61.946
Consignado	50.096	(171)	(1.774)	197	3.441	9.609	61.398
Outros empréstimos	7.733	-	(5.730)	-	4.604	(6.059)	548
Pessoas Jurídicas	34.470	(184)	(18)	-	-	30.156	64.424
Capital de Giro	16.328	(74)	(3)	-	-	7.936	24.187
Financiamento à exportação / importação	13.082	(110)	-	-	-	17.658	30.630
Outros empréstimos	5.060	-	(15)	-	-	4.562	9.607
Total	92.299	(355)	(7.522)	197	8.045	33.706	126.370

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	6.121	(197)	(1.099)	171	218	18.826	24.040
Consignado	5.095	(197)	(427)	171	218	19.163	24.023
Outros empréstimos	1.026	-	(672)	-	-	(337)	17
Pessoas Jurídicas	6.304	-	-	184	13.632	(12.176)	7.944
Capital de Giro	963	-	-	74	-	(765)	272
Financiamento à exportação / importação	5.023	-	-	110	13.632	(11.728)	7.037
Outros empréstimos	318	-	-	-	-	317	635
Total	12.425	(197)	(1.099)	355	13.850	6.650	31.984

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas	104.407	(8.045)	(218)	7.504	1.099	(100.052)	132.724	137.419
Consignado	75.348	(3.441)	(218)	1.774	427	(38.746)	51.825	86.969
Outros empréstimos	29.059	(4.604)	-	5.730	672	(61.306)	80.899	50.450
Pessoas Jurídicas	122.854	-	(13.632)	18	-	(64.147)	26.216	71.309
Capital de Giro	11.976	-	-	3	-	-	(6.949)	5.030
Financiamento à exportação / importação	50.693	-	(13.632)	-	-	-	(27.245)	9.816
Outros empréstimos	60.185	-	-	15	-	(64.147)	60.410	56.463
Total	227.261	(8.045)	(13.850)	7.522	1.099	(164.199)	158.940	208.728

Consolidado dos 3 Estágios		Saldo Inicial 31/12/2018	Write-off	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2019
Pessoas Físicas		168.357	(100.052)	155.100	223.405
Consignado		130.539	(38.746)	80.597	172.390
Outros empréstimos		37.818	(61.306)	74.503	51.015
Pessoas Jurídicas		163.628	(64.147)	44.196	143.677
Capital de Giro		29.267	-	222	29.489
Financiamento à exportação / importação		68.798	-	(21.315)	47.483
Outros empréstimos		65.563	(64.147)	65.289	66.705
SubTotal		331.985	(164.199)	199.296	367.082
Títulos e valores mobiliários		6.733	-	(6.377)	356
Total		338.718	(164.199)	192.919	367.438

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Estágio 1	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Constituição /	Saldo Final
	31/12/2017	para Estágio 2	para Estágio 3	do Estágio 2	do Estágio 3	(Reversão)	31/12/2018
Pessoas Físicas	69.754	(2.172)	(3.245)	1.491	2.628	(10.627)	57.829
Consignado	54.331	(1.617)	(1.440)	672	2.126	(3.976)	50.096
Outros empréstimos	15.423	(555)	(1.805)	819	502	(6.651)	7.733
Pessoas Jurídicas	9.686	(978)	(136)	1.246	-	24.652	34.470
Capital de Giro	2.931	(80)	(136)	163	-	13.450	16.328
Financiamento à exportação / importação	5.579	(898)	-	1.073	-	7.328	13.082
Outros empréstimos	1.176	-		10	-	3.874	5.060
Total	79.440	(3.150)	(3.381)	2.737	2.628	14.025	92.299

Estágio 2	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Constituição /	Saldo Final
	31/12/2017	para Estágio 1	para Estágio 3	do Estágio 1	do Estágio 3	(Reversão)	31/12/2018
Pessoas Físicas	6.737	(1.491)	(894)	2.172	880	(1.283)	6.121
Consignado	3.749	(672)	(414)	1.617	707	108	5.095
Outros empréstimos	2.988	(819)	(480)	555	173	(1.391)	1.026
Pessoas Jurídicas	8.014	(1.246)	(4.516)	978	-	3.074	6.304
Capital de Giro	1.474	(163)	(567)	80	-	139	963
Financiamento à exportação / importação	2.161	(1.073)	-	898	-	3.037	5.023
Outros empréstimos	4.379	(10)	(3.949)	-	-	(102)	318
Total	14.751	(2.737)	(5.410)	3.150	880	1.791	12.425

Estágio 3	Saldo Inicial	Transferência	Transferência	Transferência	Transferência	Write-off	Constituição /	Saldo Final
	31/12/2017	para Estágio 1	para Estágio 2	do Estágio 1	do Estágio 2		(Reversão)	31/12/2018
Pessoas Físicas	79.916	(2.628)	(880)	3.245	894	(121.827)	145.687	104.407
Consignado	56.937	(2.126)	(707)	1.440	414	(45.234)	64.624	75.348
Outros empréstimos	22.979	(502)	(173)	1.805	480	(76.593)	81.063	29.059
Pessoas Jurídicas	112.064	-	-	136	4.516	(45.556)	51.694	122.854
Capital de Giro	9.437	-	-	136	567	-	1.836	11.976
Financiamento à exportação / importação	56.379	-	-	-	-	-	(5.686)	50.693
Outros empréstimos	46.248	-	-	-	3.949	(45.556)	55.544	60.185
Total	191.980	(2.628)	(880)	3.381	5.510	(167.383)	197.381	227.261

Consolidado dos 3 Estágios			Saldo Inicial	Write-off	Constituição /	Saldo Final
			31/12/2017		(Reversão)	31/12/2018
Pessoas Físicas			156.407	(121.827)	133.777	168.357
Consignado			115.017	(45.234)	60.756	130.539
Outros empréstimos			41.390	(76.593)	73.021	37.818
Pessoas Jurídicas			129.764	(45.556)	79.420	163.628
Capital de Giro			13.842	-	15.425	29.267
Financiamento à exportação / importação			64.119	-	4.679	68.798
Outros empréstimos			51.803	(45.556)	59.316	65.563
SubTotal			286.171	(167.383)	213.197	331.985
Títulos e valores mobiliários			5.622	-	1.111	6.733
Total			291.793	(167.383)	214.308	338.718

d) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve cessão de crédito às empresas securitizadoras de crédito não ligadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificados como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, as quais estavam provisionadas, resultando no valor de R\$ 25.972.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, empréstimos e recebíveis já baixados para prejuízo, resultando no valor de R\$ 73.984. As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos **(nota explicativa nº 29)**.

8. *Outros Empréstimos e Recebíveis*

São considerados “Outros Empréstimos e Recebíveis” todos os saldos cujas contra partes não são clientes ou instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica é basicamente composta por saldos pendentes de liquidação junto a bolsa de valores (nos prazos usuais de mercado) e créditos concedidos sem característica de concessão de crédito classificados como custo amortizado perfazendo juntos o montante de R\$ 28.833 (R\$ 27.431 em 2018).

	2019	2018
Prazo:		
Circulante	17.039	15.567
Não-circulante	11.794	11.864
	28.833	27.431

9. Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros são registrados no Balanço Patrimonial quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. No caso do CCB Brasil estes ativos correspondem, principalmente, a imóveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

A política do CCB Brasil consiste em ter o domínio do bem imóvel (mesmo que ainda não tenha a posse), quando for obtido o Auto de Adjudicação ou Carta de Arrematação ou Dação em Pagamento (domínio do bem), e para Veículos/Outros será com base na sentença definitiva (domínio do bem). No momento em que houver a posse do bem, será feita a baixa do contrato de crédito e a contabilização do bem em “Ativos não financeiros” pelo valor constante no laudo de avaliação elaborado por perito credenciado pelo Conglomerado CCB Brasil, limitado ao valor da dívida.

O laudo especificará os critérios de avaliação e os parâmetros de comparação utilizados para a determinação do valor. O valor da provisão de perdas, se aplicável, será constituído ou complementado sempre que o valor de mercado (avaliação), deduzido dos custos de venda, for inferior ao valor do custo contábil.

As reduções subsequentes ao valor contábil relacionadas a redução ao valor justo ou perda de posse ou domínio do bem, além dos ganhos e perdas decorrentes de alienação de ativos não financeiros são registrados na linha de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)” na Demonstração de Resultado do Exercício.

a) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Ativos não financeiros mantidos para venda	196.765	247.138
Tipo:		
Imóveis	336.345	371.061
Máquinas e equipamentos	27.114	27.122
Veículos	13.559	11.271
Outros	630	743
Provisão por redução ao valor recuperável	<u>(180.883)</u>	<u>(163.059)</u>
	196.765	247.138

b) Movimentação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo:		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	410.198	423.308
Bens retomados	15.198	43.953
Alienações	(47.748)	(57.063)
Saldos no final do exercício	377.648	410.198
Provisão acumulada:		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(163.060)	(142.882)
Reversão do exercício	10.752	21.460
Provisões do exercício	(28.575)	(41.638)
Total Provisão no final do exercício	(180.883)	(163.060)
Saldo líquido dos ativos não financeiros mantidos para venda	196.765	247.138

10. Investimentos

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2019	2018
Títulos patrimoniais	233	233
Ações e cotas	14	14
Outros ativos financeiros	9	9
Total	256	256

11. Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do CCB Brasil dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O CCB Brasil não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos e edificações	85.629	(50.015)	-	35.614
Sistemas de processamento de dados	10.124	(9.786)	(15)	323
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.585	(12.761)	(1.458)	6.366
Outros	2.450	(1.967)	(47)	436
Saldos em 31 de dezembro de 2018	118.788	(74.529)	(1.520)	42.739
Terrenos e edificações	85.950	(58.250)	-	27.700
Adoção inicial IFRS 16 (nota 2a)	81.016	(7.371)	-	73.645
Sistemas de processamento de dados	10.323	(9.879)	(15)	429
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.630	(14.240)	(1.447)	4.943
Outros	2.298	(1.973)	(47)	278
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.217	(91.713)	(1.509)	106.995

As variações na rubrica “Ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	118.788	126.444
Adoção Inicial IFRS 16 (nota 2a)	81.016	-
Adições	951	6.391
Alienações	(538)	(14.047)
Saldos no final do exercício	200.217	118.788
Redução ao Valor Recuperável - Impairment	(1.509)	(1.520)
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(74.529)	(73.235)
Adoção Inicial IFRS 16 (nota 2a)	(7.371)	-
Adições	(10.157)	(10.393)
Alienações	344	9.099
Total depreciação no final do exercício	(91.713)	(74.529)
Saldo líquido do Ativo Tangível	106.995	42.739

12. Ativo Intangível

A composição do saldo da rubrica “Ativo intangível” é a seguinte:

	Vida útil estimada	2019	2018
Com vida útil definida:			
Gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais	Diversos	23.068	21.371
Amortização acumulada	Até 5 anos	(20.176)	(17.380)
Sem vida útil definida:			
Ágio CCB Brasil Financeira		105.190	105.190
		108.082	109.181

As variações na rubrica “Ativo intangível” foram as seguintes:

	2019	2018
Saldos iniciais	109.181	110.082
Adições / (Baixas) do custo	1.697	2.204
Amortizações	(2.796)	(3.217)
Baixa da amortização	-	112
Saldos no final do exercício	108.082	109.181

O CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo Intangível. Não foram detectadas perdas no valor recuperável destes ativos na data base analisada.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado a unidades geradoras de caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (nota explicativa nº 35).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em dezembro de 2019.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	105.190	105.190
Segmento operacional:		
Varejo	105.190	105.190
	<u>Varejo</u>	<u>Varejo</u>
Principais premissas:		
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	10 anos	10 anos
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,1% a.a	6,2% a.a
Taxa de desconto	14,4%	13,0%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação. O período de 10 anos utilizado para a projeção dos fluxos de caixa reflete adequadamente os ciclo de longo prazo dos negócios da unidade, dado que a mesma efetua operações de crédito com prazos que podem chegar em até 96 meses com prazo médio de 48 meses (60 meses em 2018).

13. Outros Ativos

A composição dos saldos da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros valores a receber (*)	31.429	28.552
Devedores diversos	19.345	19.531
Despesas antecipadas	9.514	27.926
Demais contas	<u>1.324</u>	<u>1.784</u>
	61.612	77.793
 Prazo:		
Circulante	30.211	67.447
Não-circulante	<u>31.401</u>	<u>10.346</u>
	61.612	77.793

(*) Refere-se substancialmente a ativos com programas sociais habitacionais no montante de R\$ 21.247 (R\$ 19.508 em 2018).

14. Depósitos de Instituições Financeiras

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.943.754	7.162.517
Tipo:		
Obrigações por operações compromissadas	3.603.526	7.028.902
Depósitos interfinanceiros	<u>340.228</u>	<u>133.615</u>
	3.943.754	7.162.517
Moeda:		
Real	3.943.754	6.774.454
Dólar	<u>-</u>	<u>388.063</u>
	3.943.754	7.162.517
Prazo:		
Circulante	3.925.982	6.940.972
Não-circulante	<u>17.772</u>	<u>221.545</u>
	3.943.754	7.162.517

15. Depósitos de Clientes

A composição, por classificação, tipo e rubrica “Depósitos de clientes” é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.313.521	3.068.808
Tipo:		
Depósitos a prazo	3.157.944	2.920.568
Depósitos à vista	86.581	84.316
Depósitos poupança	2.977	3.241
Outros Depósitos (*)	66.019	60.683
	<u>3.313.521</u>	<u>3.068.808</u>
Moeda:		
Real	3.247.515	3.037.624
Dólar Norte-americano	66.006	31.184
	<u>3.313.521</u>	<u>3.068.808</u>
Prazo:		
Circulante	2.561.844	2.783.199
Não-circulante	751.677	285.609
	<u>3.313.521</u>	<u>3.068.808</u>

(*) Refere-se a conta de ordens de pagamento em moeda estrangeira no montante de R\$ 66.006 (R\$ 31.184 em 2018).

16. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	1.441.971	1.245.803
Tipo:		
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
Obrigações por emissão de letras financeiras	754.625	541.933
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	610.297	604.022
Obrigações por títulos e valores no exterior	55.066	55.066
Obrigações por emissão de letra de crédito imobiliário	21.983	44.782
	<u>1.441.971</u>	<u>1.245.803</u>
Moeda de emissão		
Real	1.386.905	1.190.737
Dólar norte-americano	55.066	55.066
Saldos no final do exercício	<u>1.441.971</u>	<u>1.245.803</u>
Prazo:		
Circulante	1.080.239	744.609
Não-circulante	361.732	501.194
	<u>1.441.971</u>	<u>1.245.803</u>

17. Instrumentos de capital

Os detalhes do saldo da rubrica “Instrumentos de capital” são os seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Outros passivos ao valor justo no resultado (*)	1.069.201	1.046.949
Passivos financeiros ao custo amortizado	<u>694.983</u>	<u>1.154.621</u>
	1.764.184	2.201.570
Tipo:		
Outros Passivos ao valor justo no resultado		
Títulos e valores no exterior		
Eurobonds (*)	1.069.201	1.046.949
Passivos Financeiros ao custo amortizado		
CDB subordinado	412.834	883.385
Dívida perpétua	<u>282.149</u>	<u>271.236</u>
	694.983	1.154.621
Moeda:		
Dólar norte-americano	1.764.184	1.318.185
Real	<u>-</u>	<u>883.385</u>
	1.764.184	2.201.570
Prazo:		
Circulante	1.071.629	512.922
Não-circulante	<u>692.555</u>	<u>1.688.648</u>
	1.764.184	2.201.570

(*) Inclui prêmio de risco de crédito no montante de R\$ 6.981 (R\$ 47.316 em 2018).

18. Obrigações de Empréstimos no País

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no país” é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	216.833	133.770
Sendo:		
Obrigações por repasses – Ministério da Agricultura	213.670	129.579
Outros fundos e programas	2.194	3.222
Obrigações por repasses – Ministério das Cidades	969	969
	<u>216.833</u>	<u>133.770</u>
Moeda:		
Real	216.833	133.770
Prazo:		
Circulante	194.635	128.887
Não-circulante	22.198	4.883
	<u>216.833</u>	<u>133.770</u>

19. Obrigações de Empréstimos no Exterior

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no exterior” é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	4.475.380	4.817.459
Outros passivos ao valor justo através do resultado (*)	46.991	66.009
Passivo financeiro objeto de hedge (nota 20)	-	1.767.532
	<u>4.522.371</u>	<u>6.651.000</u>
Sendo:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado:		
Financiamento à Importação / exportação	4.475.380	4.817.459
Outros passivos ao valor justo através do resultado:		
Obrigação por repasse no exterior	46.991	66.009
Passivos financeiros objeto de hedge:		
Empréstimos no exterior	-	1.765.976
Ajuste a valor de mercado	-	1.556
	<u>-</u>	<u>1.767.532</u>
Moeda:		
Dólar norte-americano	4.522.371	6.651.000
Prazo:		
Circulante	4.451.670	6.522.441
Não-circulante	70.701	128.559
	<u>4.522.371</u>	<u>6.651.000</u>

(*) Inclui prêmio de risco de crédito no montante de R\$ 1.174 (R\$ 4.058 em 2018).

*20. Hedge accounting***Operação de Crédito Pessoas Físicas**

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, sendo os efeitos desta estrutura de hedge de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2019	Objeto de Hedge			Instrumento de Hedge	
	Valor Curva	Valor Justo		Valor	Variação do valor reconhecido em resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Ativos	Valor da Inefetividade	Nominal	
Hedge de Operações de Crédito	1.337.367	1.439.810	10.331	1.660.140	92.112

2018	Objeto de Hedge				Instrumento de Hedge	
	Valor Curva		Valor Justo		Valor	Variação do valor reconhecido em resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	Nominal	
Hedge de Operações de Crédito	1.822.671	-	1.919.155	-	2.034.038	89.781
Hedge de Captações CCB	-	1.765.976	-	1.767.532	1.773.402	803
Total	1.822.671	1.765.976	1.919.155	1.767.532	3.807.440	90.584

21. Provisões

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes

b) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso:

b.1) COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 557.244 (R\$ 539.751 em 2018): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 31.381 (R\$ 30.136 em 2018).

b.2) PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 88.503 (R\$ 85.731 em 2018): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 106.393 (R\$ 94.781 em 2018).

b.3) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 18.925 (R\$ 18.275 em 2018): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44º da Lei nº 4.506/64, no art.12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

b.4) ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.336 (R\$ 1.272 em 2018): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do

Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

b.5) Processos trabalhistas

O Banco possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 86.757 (R\$ 58.884 em 2018). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

b.6) Processos cíveis

O Banco possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 235.513 (R\$ 179.579 em 2018). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Passivos contingentes classificados como perda possível

Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 23.094 (R\$ 21.707 em 2018): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 1994 – valor envolvido R\$ 26.357 (R\$ 25.525 em 2018): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior – valor envolvido R\$ 14.229 (R\$ 13.803 em 2018): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 20.071 (R\$ 19.268 em 2018): aguardando homologação da adesão ao Parcelamento da Lei nº 12.996/2014 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/2014) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 124.376 (R\$ 118.835 em 2018): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 168.154 (R\$ 88.567 em 2018): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – valor envolvido R\$ 1.485 (R\$ 1.439 em 2018): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/ IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

Dedutibilidade da Despesa de PLR da Base de Cálculo da CSLL – valor envolvido R\$ 1.978 (R\$ 2.251 em 2018): pleiteia a desconstituição de lançamento da glosa da despesa com pagamento de Participação nos Lucros aos Administradores, no ano calendário de 2012, que reduziu a base de cálculo negativa de CSLL no período, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 7.689/1988.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 2.578 (R\$ - em 2018): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/2007.

Compensação Não Homologada – valor envolvido R\$ 4.388 (R\$ 3.298 em 2018): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Processos trabalhistas

O Banco possui processos que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 12.019 (R\$ 8.319 em 2018). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Banco possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 229.628 (R\$ 306.414 em 2018). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais:

Descrição	2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2019
Cíveis	74.674	16.921	(18.373)	12.094	(11.562)	73.754
Trabalhistas	58.884	6.470	(4.249)	30.430	(4.778)	86.757
Fiança	104.905	81.415	(11.460)	-	-	174.860
Subtotal	238.463	104.806	(34.082)	42.524	(16.340)	335.371
Fiscais e previdenciárias	2018	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2019
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	18.275	-	-	650	-	18.925
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	85.731	-	-	2.772	-	88.503
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	539.751	-	-	17.493	-	557.244
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.272	-	-	64	-	1.336
Subtotal	645.029	-	-	20.979	-	666.008
Total	883.492	104.806	(34.082)	63.503	(16.340)	1.001.379

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia o montante de R\$ 109.056 – processos Cíveis, R\$ 22.775 – processos Trabalhistas e R\$ 311.613 – processos Fiscais.

Descrição	2017	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2018
Cíveis	71.006	9.990	(14.418)	33.524	(25.428)	74.674
Trabalhistas	45.608	11.678	(6.426)	9.778	(1.754)	58.884
Fiança	104.905	-	-	-	-	104.905
Subtotal	221.519	21.668	(20.844)	43.302	(27.182)	238.463
Fiscais e previdenciárias	2017	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2018
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	149.299	-	-	5.385	(154.684)	-
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	17.583	-	-	692	-	18.275
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	82.782	-	-	2.949	-	85.731
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	521.134	-	-	18.617	-	539.751
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.199	-	-	73	-	1.272
Subtotal	771.997	-	-	27.716	(154.684)	645.029
Total	993.516	21.668	(20.844)	71.018	(181.866)	883.492

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia o montante de R\$ 117.859 – processos Cíveis, R\$ 25.025 – processos Trabalhistas e R\$ 291.064 – processos Fiscais.

*22. Impostos de Renda Correntes e Diferidos***a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2019		2018	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(187.042)	(187.042)	(100.855)	(100.855)
(-) Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	-	-	(15.343)	(15.343)
(+) Juros sobre capital próprio recebido ⁽²⁾	-	-	15.343	15.343
Base de cálculo	(187.042)	(187.042)	(100.855)	(100.855)
Adições temporárias	678.867	667.671	838.269	826.737
Adições permanentes ⁽³⁾	578.270	578.270	270.835	270.835
Exclusões	(1.009.215)	(1.005.263)	(1.057.880)	(1.044.705)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	60.880	53.636	(49.631)	(47.988)
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	33.613	37.119	57.773	57.872
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(27.129)	(27.129)	(2.208)	(2.208)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	67.364	63.626	6.033	7.676
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20 % para CS	10.105	9.549	905	1.523
Adicional de 10% de IR	6.673	-	530	-
Impostos correntes	16.778	9.549	1.435	1.523
Conciliação do Resultado				
Impostos correntes	16.778	9.549	1.435	1.523
IR no exterior	(13.021)	-	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido	12.250	43.849	80.499	46.561
Provisão de IR E CS – Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(2.510)	(2.008)
(=) Provisão de IR e CS	16.007	53.398	79.424	46.076
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(174.042)	(180.695)	(210.173)	(113.761)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	(11.338)	(48.189)	-	-
Realização do crédito tributário (Reversão de adições temporárias)	87.366	52.416	107.104	68.694
Realização do crédito tributário (s/ compensação prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	11.012	5.602	14.626	11.593
Baixa de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL	23.600	17.078	63.679	43.001
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(63.402)	(153.788)	(24.764)	9.527
Total	(47.395)	(100.390)	54.660	55.603
(Receita)/Despesa do Imposto de renda e contribuição social		(147.785)		110.263

⁽¹⁾ A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, art. 2º, os valores relativos à remuneração do capital, declarada ou proposta, devem ser reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados ou de reservas.

⁽²⁾ A partir de 2019, nos termos da Resolução CMN nº 4.706/18, art. 4º, a remuneração de capital auferida de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deve ser reconhecida no ativo, em contrapartida ao respectivo investimento.

⁽³⁾ O valor das adições permanentes contempla R\$ 16.000 recebidos a título de juros sobre capital próprio da CCB Brasil Arrendamento S.A.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	2019	2018
Resultado antes da tributação	(187.042)	(100.855)
Imposto de renda corrente (nota 22a)	147.785	(110.263)
Alíquota efetiva	-79,01%	109,33%

A alíquota efetiva se diferencia da alíquota vigente aplicada para a apuração do imposto de renda, conforme as adições e exclusões apresentados a seguir:

	2019	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(187.042)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	84.169	45%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Baixa de crédito tributário - sem expectativa de realização	(40.678)	
Resultado Equivalência Patrimonial	146.676	
Agio em aquisição de investimento	4.734	
Adições e exclusões permanente	(126.466)	
Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	64.171	
Outras adições permanentes indedutíveis	15.179	
Imposto de renda do exercício	147.785	79%
	2018	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(100.855)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(40.342)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Baixa de crédito tributário - sem expectativa de realização	116.160	
Agio em aquisição de investimento	10.519	
Adições e exclusões permanente	(10.976)	
Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	40.383	
Outras adições permanentes indedutíveis	(5.481)	
Imposto de renda do exercício	110.263	109%

c) Impostos Diferidos

Os saldos da rubrica "Impostos diferidos" Ativo / (Passivo) é composto por:

	2019	2018
Crédito Tributário	1.140.676	935.328
Passivos Diferidos		
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	(50.924)	(61.265)
Outras Diferenças Temporárias	(34.622)	-
IR sobre Superveniência de depreciação	(2.982)	(4.793)
	(88.528)	(66.058)
Total de Impostos Diferidos	1.052.148	869.270

As movimentações dos saldos dos itens “Ativos fiscais diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” são:

	Saldo inicial em 31/12/2018	Realização	Adições	Ajustes – CSLL 15% - 20%	Saldo Final em 31/12/2019
Ativos Fiscais Diferidos	935.328	(187.391)	250.136	142.603	1.140.676
Perdas com redução a valor recuperável de ativos financeiros	150.592	(53.716)	78.310	41.425	216.611
Provisões	434.730	(119.615)	196.392	60.316	571.823
Prejuízo Fiscal	217.010	(14.060)	(755)	-	202.195
Base Negativa CSLL	132.996	-	(23.811)	40.862	150.047
Passivos Fiscais Diferidos	(66.058)	(22.470)	-	-	(88.528)
Atualização monetária depósitos judiciais	(25.427)	(9.197)	-	-	(34.624)
Hedge Accounting	(38.593)	(7.506)	-	-	(46.099)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12.850	(5.500)	-	-	7.350
Diferenças temporárias	(14.888)	(267)	-	-	(15.155)
Total	869.270	(209.861)	250.136	142.603	1.052.148

	Saldo inicial em 31/12/2017	Impacto da adoção do IFRS 9	Realização	Adições	Ajustes CSLL 15% - 20%	Baixas	Saldo Final em 31/12/2018
Ativos Fiscais Diferidos	984.797	43.915	(311.970)	347.815	(22.549)	(106.680)	935.328
Perdas com redução a valor recuperável de ativos financeiros	72.803	43.915	(85.070)	123.823	(4.879)	-	150.592
Provisões	358.605	-	(65.953)	159.748	(17.670)	-	434.730
Prejuízo Fiscal	295.315	-	(14.626)	-	-	(63.679)	217.010
Base Negativa CSLL	187.590	-	(11.593)	-	-	(43.001)	132.996
Diferenças temporárias	70.484	-	(134.728)	64.244	-	-	-
Passivos Fiscais Diferidos	(77.494)	-	18.425	(6.989)	-	-	(66.058)
Atualização monetária depósitos judiciais	(20.536)	-	-	(4.891)	-	-	(25.427)
Hedge Accounting	(36.495)	-	-	(2.098)	-	-	(38.593)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.789)	-	14.639	-	-	-	12.850
Diferenças temporárias	(18.674)	-	3.786	-	-	-	(14.888)
Total	907.303	43.915	(293.545)	340.826	(22.549)	(106.680)	869.270

d) Créditos Presumidos

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei 12.838/2013 e Circular nº 3.624/2013 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei 12.838/2013 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2019 o Banco recuperou R\$ 830 (R\$ 63.299 em 2018), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 9.459 (R\$ 25.320 em 2018), foram registrados como redutor de crédito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração e resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Crédito Presumido Constituído		
Ano 2014	78.983	78.983
Ano 2015	107.450	107.450
Ano 2016	194.229	194.229
Ano 2017	(47.361)	(47.361)
Ano 2018	(25.320)	(25.320)
Ano 2019	<u>(9.459)</u>	<u>-</u>
Total Crédito Presumido	298.522	307.981

e) Créditos tributários não ativados

A Administração, em decorrência do histórico de prejuízos fiscais auferidos nos últimos anos e incertezas relacionadas a projeções de longo prazo, optou por não registrar parcela dos créditos tributários em seu ativo segundo as práticas estabelecidas pelo IFRS, a partir de 31 de maio de 2017.

O Consolidado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 773.991 (R\$ 617.583 em 2018) para os quais não há expectativa de realização.

23. Outras Obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	2019	2018
Imóveis a pagar – IFRS 16	81.252	-
Credores diversos – país	51.778	26.068
Gratificações e participações a pagar	39.677	19.211
Comissão sobre fianças diferidas	15.814	11.808
Outros pagamentos	14.717	28.339
Outras despesas administrativas	14.623	9.271
Despesas de pessoal	12.104	14.429
Operações a pagar com cartão de crédito	419	7.237
Outros	15.616	-
	246.000	116.363

24. Patrimônio Líquido

a) Capital

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (R\$ 2.956.864 em 2018) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (465.631.466 em 2018), sendo 297.223.908 ordinárias (297.223.908 em 2018) e 168.407.558 preferenciais (168.407.558 em 2018), sem valor nominal.

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

b) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2019 foram adquiridas 6.879.540 ações preferencias no montante R\$ 58.593 deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estes ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2019 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (R\$ 55.105 em 2018).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício apurado segundo as práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

A apuração de prejuízo líquido fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

25. Garantias Prestadas

O CCB Brasil oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2019.

<u>Máximo valor potencial de pagamentos futuros</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Garantias prestadas		
Avais e fianças	1.446.936	1.558.654
Performance exportação	3.424.471	4.554.191
Carta de crédito	94.375	88.894
Cobrança de exportação	3.330.096	4.465.297
<u>Total de garantias prestadas</u>	<u>4.871.407</u>	<u>6.112.845</u>

Em 31 de dezembro de 2019, com base em suas estimativas de desembolsos efetuadas de acordo com práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, o Banco estimou que a probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas é R\$ 174.860 (R\$ 93.445 em 2018). Esta estimativa considera o histórico de desembolsos para honrar fianças ao longo dos últimos anos, bem como discussões judiciais cuja probabilidade de desembolso é considerada provável pelos consultores jurídicos do Banco (nota explicativa nº 21d).

*26. Receitas e Despesas com Juros e Similares e diferenças cambiais líquidas***a) Receitas e despesas de juros e similares**

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2019	2018
Receitas de juros e similares	1.399.193	1.875.645
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	42.428	63.761
Empréstimos e adiantamentos a clientes	716.738	1.065.717
Ativos financeiros ao custo amortizado	52.497	286.353
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	587.530	459.814
Despesas de juros e similares	(823.557)	(820.792)
Depósitos de instituições financeiras		
- Depósitos interfinanceiros	(9.689)	(20.129)
- Captação no mercado aberto	(302.928)	(276.939)
Depósitos de clientes		
- Poupança	-	(262)
- A prazo	(177.048)	(207.666)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(58.484)	(49.360)
Obrigações de empréstimos no país	(81.397)	(53.765)
Obrigações de empréstimos no exterior	(185.014)	(212.671)
Despesas de juros dos passivos IFRS 16	(8.997)	-
Receita Líquida com Juros	575.636	1.054.853

b) Variações cambiais líquidas

As diferenças cambiais mostram basicamente as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e não consideram o hedge cambial contratado pelo Banco através de instrumentos financeiros derivativos, cujos impactos estão apresentados em “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”

	2019	2018
Variações Cambiais líquidas	(46.245)	(298.739)
Operações de crédito	105.116	569.147
Títulos cambiais líquidos	2.799	(9.471)
Operações de câmbio	117.755	164.448
Empréstimos, cessões e repasses	(273.444)	(1.022.863)
Outros	1.529	-

27. Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ganhos (perdas) com:		
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(3.264)	(3.067)
Outros ativos ao valor justo através do resultado	1.134	(2.600)
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(54.914)	(51.783)
Outros passivos objeto de hedge	1.556	(9.140)
Derivativos	<u>61.129</u>	<u>(248.201)</u>
Total	5.641	(314.791)

28. Receitas de Tarifas e Comissões

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Rendas de garantias prestadas	32.603	41.847
Outras rendas de tarifas bancárias - PJ	973	4.963
Rendas de outros serviços	3.330	1.164
Rendas de tarifas bancárias - PF	18	37
	<u>36.924</u>	<u>48.011</u>

29. Outras Receitas (Despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	2019	2018
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	25.347	22.920
Atualização de depósitos em garantia	19.105	18.931
Rendas de venda financiada de bens não de uso	5.872	5.269
Renda de aquisição de recebíveis	5.204	7.833
Garantias e fianças prestadas	-	94.113
Cessão de crédito baixado para prejuízo	-	73.984
Outras receitas operacionais	3.027	3.233
Total outras receitas operacionais	58.555	226.283
Outras despesas operacionais		
Provisões cíveis	(69.197)	(99.176)
Programa de remuneração e bônus	(39.533)	(48.962)
Despesas rescisórias	(39.304)	(21.381)
Provisões trabalhistas	(27.961)	(13.476)
Atualização monetária de despesas tributárias	(20.981)	(27.716)
Outras provisões	(15.594)	-
Fianças prestadas	(13.101)	(4.328)
Comissões sobre cobrança	(12.866)	(4.894)
Despesas com cartão de crédito	(1.664)	(1.401)
Despesas com tarifas e comissões	(22)	(633)
Outras despesas operacionais	(64.815)	(16.916)
Total outras despesas operacionais	(305.038)	(238.883)
Saldo Líquido Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(246.483)	(12.600)

30. Despesas com Pessoal

A composição da rubrica “Outras despesas de pessoal” está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	(93.635)	(90.784)
Encargos Sociais	(30.595)	(29.826)
Benefícios	(19.919)	(20.572)
Honorários de diretoria	(14.458)	(16.831)
Outros	<u>(1.981)</u>	<u>(1.869)</u>
	(160.588)	(159.882)

31. Outras Despesas Administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2019	2018
Serviços de terceiros	(35.110)	(42.174)
Imóveis, instalações e materiais	(18.091)	(20.247)
Tecnologia e sistemas	(17.943)	(16.808)
Despesas Processos Judiciais	(7.406)	(9.226)
Despesas do Sistema Financeiro	(6.944)	(8.964)
Ajudas de custo e despesas de viagem	(2.070)	(2.051)
Prêmios de seguros	(2.012)	(1.537)
Comunicações	(1.431)	(1.598)
Publicidade	(1.418)	(1.362)
Sistema de transporte	(446)	(748)
Outras despesas administrativas	(8.817)	(10.473)
Despesas com aluguel IFRS 16	8.762	-
	(92.926)	(115.188)

32. Despesas Tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 27.760 (23.913 em 2018).

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de contribuição à COFINS	(15.090)	(13.404)
Despesas tributárias	(7.877)	(5.883)
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	(2.338)	(2.445)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	<u>(2.455)</u>	<u>(2.181)</u>
Total	(27.760)	(23.913)

33. Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado na alienação de bens	199	(4.786)
Rendas de aluguéis	496	600
Constituição de provisão para realização de bens destinados à venda	(17.822)	(45.228)
Outros	<u>20</u>	<u>76</u>
	(17.107)	(49.338)

34. Outras Divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco não detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	93.818	40.427
Aplicações Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	229.999	2.654.995
Aplicações Moedas Estrangeiras	262.998	170.871
	<u>586.815</u>	<u>2.866.293</u>

c) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

d) Seguros

O Banco adota a política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

35. Segmentos Operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de empréstimos e recebíveis com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui empréstimos e recebíveis do tipo consignado para empregados do setor público e financiamento de veículos para pessoa física.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações de resultado e outros dados significativos estão relacionados a seguir.

	Atacado	Varejo	2019	Atacado	Varejo	2018
Receitas com juros e similares	1.010.534	388.659	1.399.193	1.411.307	464.338	1.875.645
Despesas com juros e similares	(687.966)	(135.591)	(823.557)	(479.713)	(341.079)	(820.792)
Resultado líquido com juros e similares	322.568	253.068	575.636	931.594	123.259	1.054.853
Diferenças cambiais (líquidas)	(46.245)	-	(46.245)	(298.739)	-	(298.739)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	72.679	(67.038)	5.641	(314.791)	-	(314.791)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	349.002	186.030	535.032	318.064	123.256	441.323
Resultado de equivalência patrimonial	(908)	17	(891)	(1.339)	(11)	(1.350)
Receita de tarifas e comissões	36.814	110	36.924	47.839	172	48.011
Outras receitas (despesas) operacionais	(243.911)	(2.572)	(246.483)	(31.417)	18.817	(12.600)
TOTAL DE RECEITAS	140.997	183.585	324.582	333.147	142.237	475.384
Despesas com pessoal	(143.313)	(17.275)	(160.588)	(143.239)	(16.643)	(159.882)
Outras despesas administrativas	(54.236)	(38.690)	(92.926)	(85.524)	(29.664)	(115.188)
Despesas tributárias	(12.869)	(14.891)	(27.760)	(13.917)	(9.996)	(23.913)
Depreciação e amortização	(19.593)	(731)	(20.324)	(12.881)	(729)	(13.610)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	(48.159)	(144.760)	(192.919)	(48.326)	(165.982)	(214.308)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)	(17.005)	(102)	(17.107)	(50.072)	734	(49.338)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(154.178)	(32.864)	(187.042)	(20.812)	(80.043)	(100.855)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	102.383	45.402	147.785	(132.554)	22.291	(110.263)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(51.795)	12.538	(39.257)	(153.366)	(57.752)	(211.118)
Total em Ativos	15.599.502	2.566.604	18.166.106	21.131.141	2.098.822	23.229.963
Principal linha de ativo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.859.096	2.518.963	10.378.059	6.810.914	2.029.619	8.840.533
Total em Passivos	13.962.673	2.543.593	16.506.266	19.464.705	2.040.676	21.505.381
Principal linha de passivo:						
Depósitos de instituições financeiras	797.785	2.515.736	3.313.521	5.149.248	2.013.269	7.162.517

O Banco possui agência na Ilhas Cayman cujo total de ativos é de R\$ 4.979.499 (R\$ 6.093.261 em 2018) e o patrimônio líquido no montante de R\$ 562.579 (R\$ 438.154 em 2018).

36. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do CCB Brasil devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

O CCB Brasil e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades em moedas estrangeiras	16.680	9.388	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	16.680	9.388	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos	81.088	44.709	3.880	1.700
FDIC BRASILFactors (b)	81.088	44.709	3.880	1.700
Depósitos à vista	(498)	(603)	-	-
BRASILFactors (a)	(2)	(2)	-	-
CCB Brazil Holding Ltda. (e)	(169)	(36)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(327)	(565)	-	-
Depósitos a prazo	(206.431)	(174.625)	(10.629)	(10.834)
BRASILFactors (a)	(219)	(116)	(9)	(18)
FDIC BRASILFactors (b)	(10.669)	(3.684)	(475)	(619)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(195.222)	(168.463)	(10.127)	(10.153)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(321)	(2.362)	(18)	(44)
LCA	(3.537)	(6.597)	(125)	(397)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(3.537)	(6.597)	(125)	(397)
LCI	(1.850)	(697)	(80)	(17)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(1.850)	(697)	(80)	(17)
NDF	535	(689)	282	1.861
BRASILFactors (a)	535	(689)	282	1.861
Obrigações por Empréstimos	(3.812.733)	(5.779.755)	(176.637)	(1.176.811)
China Construction Bank Corporation (d)	(3.812.733)	(5.779.755)	(176.637)	(1.176.811)

- (a) Coligadas diretas;
- (b) Coligadas indiretas;
- (c) Controladores e Pessoal Chave da Administração;
- (d) Controladora indireta sediada no exterior;
- (e) Controladora direta.

Vencimentos e taxas das operações com partes relacionadas:

As operações de LCA foram realizadas com taxas de 95,6% do CDI (96% do CDI em 2018) e possuem vencimento final em até 01 ano (até 02 anos em 2018). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 95,4% do CDI (96% do CDI em 2018) e possuem vencimento final em até 01 ano (até 01 ano em 2018). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 91,77% do CDI (101% do CDI em 2018), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (até 02 anos em 2018). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,14 % a.a. (3,05% a.a. em 2018) e variação cambial, com vencimento final até 07 anos (01 ano em 2018).

Remuneração da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2019 e 2018, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração prejuízo líquido.

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria do CCB Brasil:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração fixa	14.458	16.831
Outros	912	1.059
Total	<u>15.370</u>	<u>17.890</u>

ii) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

37. Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução 4.557/17 do CMN. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se em <http://www.br.ccb.com/menu/Institucional/Relacoes-com-Investidores/Governanca-Corporativa/Gestao-de-Riscos/Relatorios-de-Gerenciamento-de-Risco-109>.

Em atendimento à Resolução 4.557/17 do CMN, O CRO foi apontado e aprovado pelo Banco Central, o Comitê de Riscos foi redefinido em acordo com a resolução e encontra-se publicado no site do banco a estrutura de gestão de riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõem-se, dentre outros, de divisões direcionadas para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e ALM (Assets and Liabilities Management) que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

Em aderência à Resolução 4.557/17, banco redigiu e publicou sua política de apetite a riscos, em linha com seu planejamento estratégico, a capacidade do banco, as condições de competitividade, o ambiente regulatório e limitando os riscos e níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir.

Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Gestão de riscos

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Riscos de Mercado, Liquidez e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), sensibilidades (DV01), testes de estresse, o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações) e EVE- Economic Value of Equity e NII- Net Interest Income.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Exposição máxima ao risco de crédito:

Descrição	2019			2018		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Disponibilidade de reservas no Banco Central do Brasil	5.206	93.381	98.587	7.317	39.626	46.943
Ativos derivativos	431.281	-	431.281	450.720	-	450.720
Ativos financeiros ao custo amortizado	81.088	-	81.088	59.899	1.665.848	1.725.747
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.720.291	-	4.720.291	7.482.470	-	7.482.470
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	660.907	262.998	923.905	3.094.346	170.871	3.265.217
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.738.998	4.639.061	10.378.059	4.786.682	4.053.851	8.840.533
Outros empréstimos e recebíveis	26.150	2.683	28.833	24.610	2.821	27.431
Outros ativos financeiros	-	-	-	377.803	-	377.803
Outros passivos financeiros	-	2.224	2.224	-	-	-
Coobrigações e riscos em garantias prestadas						
Créditos abertos para exportação	94.375	-	94.375	88.894	-	88.894
Fianças	1.420.959	25.977	1.446.936	1.534.874	23.780	1.558.654
Cobrança de exportação	2.880.622	449.474	3.330.096	3.064.690	1.400.606	4.465.296
Total	16.059.877	5.475.798	21.535.675	20.972.305	7.357.403	28.329.708

Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração do Resultado do balanço em IFRS.

São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Banco utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o Banco avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo Banco.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as

características do produto e a região em que foi contratado, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias.

A abordagem dessa avaliação no CCB Brasil leva em conta critérios compatíveis com o IFRS 9 que também adota as medidas:

- da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito da operação no período compreendido entre a data do reconhecimento inicial e a data de apuração da perda esperada.
- a mudança no padrão de risco desde o reconhecimento inicial;
- o prazo de vencimento esperado do instrumento financeiro e;
- outras informações razoáveis e suportáveis cujos esforços para obtenção se justifique.

A classificação dos contratos no estágio 1 indicam que tais avaliações não identificam aumentos significativos de risco entre as datas de reconhecimento e reporte. a classificação no estágio 2 indica que foram encontrados elementos que iniciam aumento significativo de risco. No estágio 3 se classificam os ativos com evidências objetivas de perdas (default).

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Cenários Macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças as condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Os conceitos da norma IFRS 9, considera um padrão de relatório financeiro que trata principalmente de classificação e redução ao valor recuperável de ativos financeiros, cuja premissa para o reconhecimento da perda esperada é baseada em princípios e não somente em regras com diferentes métodos de mensuração e dispensa a ocorrência de atrasos e perdas efetivas, antecipando-se a elas portanto.

Para esse fim leva em conta a avaliação de aumento significativo do risco de crédito do instrumento financeiro considerados três aspectos principais:

- i) indicador básico, ii) fatores quantitativos e iii) fatores qualitativos.

O Indicador básico consiste na verificação do tempo de atraso dos pagamentos contratuais. É considerado como aumento significativo de risco de crédito em um ativo financeiro se os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, a menos que a Instituição possua informações razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços indevidos que estes riscos não aumentaram de fato.

Para avaliar mudanças de risco o CCB Brasil utiliza as escalas de ratings para definir a qualidade da carteira pela composição dos melhores ratings (menor risco) e determinar as faixas de “grau de investimento” ou “grau de não investimento” como medida de partida para análises.

Na prática, os estágios obedecem a critérios seletivos que se sobrepõem tais como (i) decisão da Administração (ii) tempo de atraso; (iii) aumento significativo de risco; (iv) definições de créditos problemáticos e (v) e por último, indicadores de classificação (ratings).

A Probabilidade de Default (PD) indica a probabilidade de perda para determinado horizonte de tempo (nos próximos 12 meses), para exposições pertencentes ao estágio 1, ou até o vencimento final do contrato para exposições classificadas no estágio 2 com vencimento superior a um ano e fornece uma estimativa probabilística de um cliente não cumprir suas obrigações. As probabilidades de default são associadas a escalas ou níveis de ratings que podem variar e, conseqüentemente, a comparação das PDs podem indicar aumentos significativos do risco de crédito das operações.

O CCB Brasil adotou a prática de cálculo da PD de 12 meses como indicador de risco de crédito, o que é uma prática consagrada no setor financeiro local e internacional. As agências de classificação internacionais e locais geralmente representam o risco de crédito de uma contraparte associando uma probabilidade de inadimplência para um horizonte fixo de avaliação, sendo comumente utilizado o horizonte de 12 meses para estimativas de ocorrências de perdas de crédito em empréstimos corporativos e de varejo.

A PD lifetime é probabilidade estimada de ocorrência do default para o período remanescente de vigência, ou vencimento da operação, caso seja superior (ou inferior) a um ano. A PD lifetime é utilizada para o cálculo da perda esperada de crédito das exposições classificadas no estágio 2 considerada após os ajustes forward looking abaixo descritos.

A LGD sigla em inglês para “perda dada a inadimplência” (Loss given default), indica qual será a perda efetiva do cliente. No Banco este é um dado estimado por modelagem estatística e considera a observação do comportamento histórico de recuperação de créditos baixados a prejuízo no período retroativo de cinco anos em quantidade de contratos por modalidade suficientemente significativa para consistência do estudo estatístico, tanto para carteira de Varejo como para a Carteira Corporate.

A EAD ou Exposure at Default pode ser definida como o valor bruto da exposição à inadimplência de um devedor, incluindo o principal e o reembolso de juros de acordo com o

contrato, bem como a expectativa razoável do pagamento futuro da dívida subjacente, representado pelo fluxo de caixa da operação.

Calculo de Impairment ou ECL (expected credit loss). No Banco, a perda esperada é apurada a partir da equação: $ECL = EAD \times PD \times LGD$.

Análise de sensibilidade - ECL forward looking

Realizamos a inclusão da análise macroeconômica baseada em cenários por apresentar uma visão voltada para o futuro devido à sua variedade de cenários possíveis. O objetivo de estimar as perdas esperadas de crédito não significa estimar um cenário pior ou melhor, mas o cálculo de que a perda de crédito ocorra dentro da realização do cenário mais provável. Compreender a perda de crédito, ao incorporar a probabilidade de que um cenário ocorra, utilizando a probabilidade ponderada, mesmo que esta última seja baixa, pode ajudar a informar a probabilidade de incorrer em perdas.

O aumento da complexidade da abordagem a ECL, bem como os horizontes de tempo mais longos sobre qual as perdas de crédito são modeladas, aumenta o esforço necessário para a estimativa de subsídios de perda de crédito e sua volatilidade potencial.

Cabe observar que as Perdas Esperadas de crédito de doze meses, usadas para fins de regulamentação são normalmente baseadas na probabilidade de default 'through the cycle' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas de ciclo-neutro). Por sua vez, a PD usada para o IFRS 9 deve ser 'point in time' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas atuais) e não contém ajustes. Isso pode ocasionar certa imprecisão quando medimos a perda passada e a projetamos para o futuro. No entanto, PDs regulamentares podem ser um bom ponto de partida, sabendo-se de antemão que as estimativas de PDs vão mudar quando uma entidade se move através do ciclo econômico. Nos modelos normativos, como a PD é calculada pelo ciclo, as estimativas são menos sensíveis às mudanças nas condições econômicas. Portanto, as PDs regulamentares refletem tendências de longo prazo no comportamento de PD. Como consequência, durante um ciclo econômico mais recessivo, as Probabilidades de Default sob o IFRS9 serão maiores do que as Probabilidades de Default regulatórias. Adicionalmente, quando se utiliza a PD 'through the cycle' as respostas ao longo do tempo podem não variar significativamente entre as datas de originação e de relato, pois a PD reflete a taxa de inadimplência média a longo prazo.

A análise baseada em cenário incorpora informações prospectivas usando vários cenários macroeconômicos. O quadro abaixo revela três cenários e a estimativa de perdas de crédito esperada. Ao avaliar o impacto das perdas de crédito do portfólio contra choques nos principais indicadores macroeconômicos (por exemplo, o desemprego e o PIB), cada cenário implica um caminho diferente para perdas de crédito. Estas perdas foram agregadas estimando-se a probabilidade de ocorrência de cada cenário. Os ajustes para cenários prospectivos (Ajustes Forward Looking) por variáveis macroeconômicas foram considerados

para garantir que a estimativa da perda de crédito atenda aos requisitos prospectivos exigidos.

CCB Brasil - Consolidado

IFRS9 - Cálculo de perda Esperada – 31/12/2019

Carteira	EAD	Otimista	Neutro	Pessimista
On balance	10.378.059	364.175	367.082	369.989

O ajuste prospectivo é efetuado com base em informações preditivas fornecidas por modelo desenvolvido, considerando dados macroeconômicos, processos de choques e delineamento de cenários em três níveis de confiança: i) viés negativo ou pessimista (25%), ii) neutro (50%) e iii) positivo ou otimista (25%) que são inputs do sistema de apuração de ECL do CCB Brasil e caracterizam o cenário neutro. Por sua vez, o cenário pessimista considera que somente as variáveis macroeconômicas do cenário pessimista atuarão. O otimista, que somente as variáveis do cenário otimista estarão presentes.

São utilizadas variáveis macroeconômicas de ampla divulgação no mercado financeiro, que melhor se ajustam à variação e dinâmica dos índices de inadimplência. As projeções destes índices e sua probabilidade de ocorrência são extraídas do relatório Focus de Mercado do Banco Central do Brasil, bem como de economistas e consultorias especializadas contratados pela instituição.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. Backward Looking: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. Forward Looking: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Fluxos Futuros não Descontados

Ativos Financeiros	0 a 30 dias	31 a 365 dias	366 a 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Disponibilidades	355.748	-	-	-	355.748
Aplicações em Instituições Financeiras	232.094	3.448	-	-	235.542
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	230.038	-	-	-	230.038
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.056	3.448	-	-	5.504
Títulos e Valores Mobiliários	-	3.520.600	733.768	718.108	4.972.476
Títulos Públicos	-	3.520.600	733.768	718.108	4.972.476
Operações de Crédito e Arrendamento	997.244	5.364.273	2.103.852	3.458.510	11.923.879
Créditos em Moeda Nacional	115.346	821.685	475.623	451.630	1.864.284
Créditos em Moeda Estrangeira	743.409	3.392.645	774.131	427.006	5.337.191
Operações de Varejo	57.889	764.699	758.983	2.507.328	4.088.899
Crédito Rural	78.275	347.805	70.699	36.919	533.698
Operações de Leasing	2.325	37.439	24.416	35.627	99.807
Total	1.585.086	8.888.321	2.837.620	4.176.618	17.487.645
Passivos Financeiros	0 a 30 dias	31 a 365 dias	366 a 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	427.640	2.960.186	1.616.854	200.165	5.204.845
Depósitos à Vista	91.489	-	-	-	91.489
Depósitos de Poupança	2.993	-	-	-	2.993
Depósitos a Prazo	240.080	2.725.841	1.597.356	200.165	4.763.442
Depósitos Interfinanceiros	93.078	234.345	19.498	-	346.921

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 dezembro de 2019
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Captações no Mercado Aberto	3.524.056	244.623	7.007	17.630	3.793.316
Títulos Públicos	3.524.056	244.623	7.007	17.630	3.793.316
Obrigações por Empréstimos e Repasses	584.987	3.859.361	-	-	4.444.348
Dívidas Subordinadas	-	1.191.629	29.424	825.881	2.046.934
Total	4.536.683	8.255.799	1.653.285	1.043.676	15.489.443
Gap de liquidez	(2.951.597)	632.522	1.184.335	3.132.942	1.998.202

A informação acima foi elaborada com base nos vencimentos nominais dos ativos e passivos financeiros do CCB Brasil, contudo, o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 4.720.291, cujo vencimento é superior a um ano, que representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Adicionalmente, parte dos passivos financeiros, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.812.733, com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

Análise de sensibilidade

A Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I) , 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);

(ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;

(iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados são para 31.12.2019 adotados apenas para a Carteira banking (uma vez que o CCB Global é signatário da Lei Paul Volcker e não opera em carteira Trading na subsidiária CCB Brasil) encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

Índice de Basileia

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) de 8,0% mais o adicional de capital principal de 2,5% (totalizando 10,50%) comparando os exercícios de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Cálculo do Índice de Basileia	Basileia III	
	2019	2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.449.867	1.394.175
- Capital Principal	1.167.718	1.122.939
- Bônus Perpétuo	282.149	271.236
Patrimônio de Referência Nível II	410.406	596.764
- Dívida Subordinada	410.406	596.764
PATRIMONIO DE REFERENCIA	1.860.273	1.990.939
Risco de Crédito	877.746	768.548
Risco de Mercado	14.187	100.711
Risco Operacional	103.424	78.242
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	995.357	947.501
Índice de Basileia (%)	14,95	18,12
Índice de Capitalização Nível I	11,65	12,69
Índice de Capitalização Nível II	3,30	5,43

38. Eventos subsequentes

A administração do Banco vem acompanhando a evolução da COVID-19, assim como os impactos nos mercados, especialmente a desaceleração da economia global. Até o momento da divulgação dos demonstrativos financeiros, não foram observados impactos significativos mensuráveis relativos à qualidade dos créditos aos clientes e, tampouco nos indicadores de liquidez da Instituição, bem como não foram observadas descontinuidades dos serviços prestados. Embora não seja possível prever, nesse momento, a extensão, severidade e duração dos impactos não há evidências de que essa situação venha a alterar a estrutura de negócios.

* * *